
O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, EM 1994

Miriam De Toni*

1 - Introdução

Questões relativas ao mercado de trabalho e, em especial, às persistentemente elevadas taxas de desemprego ganharam, desde a década passada, *status* destacado nas discussões entre os países capitalistas, sejam eles os mais avançados, sejam os de industrialização tardia, como o Brasil.

Referência especial tem merecido o chamado desemprego estrutural, cujas taxas, desde os anos 80, têm girado ao redor de 8% para os países da OCDE, sendo superiores a 10% no Brasil, tomando-se a Grande São Paulo como referência.¹

Tal realidade emerge como um dos resultados negativos da reestruturação industrial desencadeada no mundo capitalista há mais de duas décadas, vinculada às crises do petróleo dos anos 70, componente de um processo que vem causando queda no padrão de vida da população em vários países, com o aumento das desigualdades econômicas e sociais e a crise do *Welfare State*.

No Brasil, o flagelo do elevado desemprego, embora a reestruturação referida seja um fenômeno mais recente, soma-se à herança histórica legada por um modelo de desenvolvimento excludente e altamente concentrador de renda, agravado, ainda, pela crise econômica que se inaugurou nos anos 80 e para a qual a sociedade brasileira não logrou encontrar, até o momento, solução duradoura.

Em um quadro dessa natureza, reveste-se de grande relevância o estudo dos movimentos do mercado de trabalho, considerando-se que a forma de inserção dos indivíduos nesse mercado é fator determinante para o padrão de vida da população.

É dentro desse contexto, e enfocando um ano marcado por conjunturas econômicas bastante diversas, como foi o de 1994, que se procura, neste artigo, analisar o comportamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre

* Socióloga da FEE.

A autora agradece os comentários dos colegas da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), Lúcia Garcia, Marilene Bandeira, Norma Kreling e Roberto Wiltgen, e a colaboração das bolsistas da FAPERGS, Adriana Weissheimer e Cláudia Pereira, na organização dos dados. A participação de Marilene Bandeira foi decisiva na elaboração das tabelas e dos gráficos.

¹ Os dados para a OCDE foram extraídos de OECD (Econ. Outlook 1986, 1990, 1993). Para a Grande São Paulo, os dados provêm de Fundação SEADE (Pesq. Empr. Desempr. Grande SP 1994) e têm o mês de setembro como referência.

(RMPA) através de dois indicadores principais — ocupação e desemprego —, com base nas informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)². A evolução dos rendimentos do trabalho, cujos dados também são coletados pela PED, não foi contemplada neste estudo por não estar disponível, no momento de sua concepção, a série de rendimentos reais.³ O período enfocado compreende os meses de janeiro a outubro — dados mais recentes disponíveis no momento da análise —, e compara-se o desempenho neste ano com o de igual período de 1993.

A conjuntura específica que caracterizou o ano de 1994 pode ser dividida, *grosso modo*, em dois momentos. No primeiro semestre, não obstante o IBGE ter estimado crescimento de 3,7% no PIB nacional, a tônica do desempenho dos indicadores da atividade econômica no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul foi negativa e/ou de estagnação. Houve queda no índice de atividade produtiva e nas vendas do comércio e aceleração inflacionária.⁴ Esse quadro resultou da continuidade da aplicação de mais um plano de estabilização econômica — o Plano Real —, implantado no final de 1993 e desdobrado em suas várias fases no decorrer do presente ano. Assim é que, após o ajuste fiscal da primeira fase, iniciada em dez./93, se teve a fase da Unidade Real de Valor, que se alongou de março a junho, para, finalmente, em julho, na terceira fase, instaurar-se a nova moeda — o real.

O segundo semestre, inaugurado com a nova moeda, teve evolução distinta, revelando, até outubro, um desempenho mais favorável da economia. Reverteu-se, assim, a tendência declinante registrada até então, com recuperação importante da atividade industrial, incremento das vendas e queda abrupta da inflação.⁵

Nesse contexto, o comportamento do mercado de trabalho metropolitano, nos seus indicadores de ocupação e desemprego, para o período jan.-out./94 comparado ao mesmo período de 1993, revelou estagnação do nível ocupacional, tendo-se registrado queda na taxa global de desemprego.

As dificuldades presentes no campo econômico também ocasionaram a expulsão de parcela expressiva de indivíduos do mercado de trabalho, com diminuição

² A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre vem sendo executada pela FEE desde abril de 1992, em convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), a Fundação SEADE-SP e o DIEESE. Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA).

³ Isso decorreu da interrupção da série de rendimentos reais provocada pela implementação do Plano Real, com a introdução da Unidade Real de Valor (URV) em março e do real — a nova moeda — em julho, e pelos problemas daí advindos, especialmente a dificuldade de a população informar seus rendimentos na vigência de duas referências monetárias e as questões relativas ao encadeamento da série de rendimentos. A série será retomada até o final deste ano. Ver Informe PED (1994, abr.).

⁴ Segundo estimativas do Núcleo de Contas Regionais, da FEE, o Índice Trimestral da Atividade Produtiva para o Estado acumulou queda de 1,66% no primeiro semestre deste ano, comparativamente ao mesmo semestre de 1993, sendo que a indústria de transformação permaneceu estagnada, com variação de -0,03%. O índice de vendas do comércio lojista de Porto Alegre, calculado pelo Núcleo de Sistematização de Indicadores, da FEE, foi negativo, na comparação anual, nos meses de fevereiro a junho, e a aceleração inflacionária perpassou todo o período: o IPC-IEPE, da UFRGS, alcançou 53,19% em junho, tendo sido de 41,62% em janeiro.

⁵ O Índice de Preços ao Consumidor em real (IPCr) havia acumulado alta de 15,7% entre julho e outubro; as vendas no comércio lojista de Porto Alegre acusaram níveis anuais superiores a 20% para os meses de agosto a outubro, e o indicador do nível de atividade industrial do Estado — Índice de Desempenho Industrial da FIERGS (DI-FIERGS) — passou a apresentar forte variação positiva.

de 18 mil pessoas no contingente da População Economicamente Ativa. Isso se refletiu na queda da taxa de participação, que indica a proporção de pessoas de 10 anos e mais que integram o mercado de trabalho, quer como ocupadas, quer como desempregadas.

Todavia tais resultados, tomados de modo agregado, encobrem parte dos impactos que as diferentes conjunturas provocaram no mercado de trabalho regional, a exemplo do que ocorreu também a nível nacional. Ou seja, os indicadores médios e mais gerais do período mais longo (jan.-out.) não deixam transparecer mudanças importantes no comportamento da taxa global de desemprego e da taxa de desemprego aberto. Ocorre que a primeira teve comportamento oposto, quando se confronta o primeiro semestre de 1994 com o de 1993, tendo crescido de forma continuada nesse período de 1994 frente a uma tendência declinante no ano anterior. Mais ainda, se, em 1993, a queda da taxa de desemprego global foi ocasionada pelo descenso do desemprego oculto, uma vez que o desemprego aberto ficou estabilizado, a marca deste ano de 1994 foi a elevação continuada e expressiva do desemprego aberto e uma queda proporcionalmente menor que a registrada em 1993 para a taxa de desemprego oculto.

Colocam-se, pois, a necessidade de, na análise do período como um todo, se fazerem as devidas qualificações quanto ao desempenho diferenciado e menos favorável do mercado de trabalho regional no primeiro semestre do ano, bem como a de se qualificar a recuperação esboçada a partir do segundo semestre e seus impactos sobre o nível e a qualidade dos empregos gerados.

2 - Redução das taxas de participação e queda do desemprego

O ano de 1994 caracterizou-se por expressiva redução da taxa de participação global, indicador que retrata o grau de participação da população de 10 anos e mais — População em Idade Ativa (PIA) — no mercado de trabalho. Isto é, houve um encolhimento do tamanho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista que a taxa de participação de 57,4% no período jan.-out./93 caiu para 54,9% no mesmo período do ano em análise, como se observa na Tabela 1.

Conseqüentemente, a PEA também apresentou variação negativa no período considerado, recuando 1,2% em relação à média de 1993, tendo seu contingente passado de 1.450 mil pessoas para 1.432 mil. Esse resultado está influenciado pelo fraco desempenho do nível de ocupação, com variação negativa de 0,1%, uma vez que o comportamento da ocupação interfere decisivamente nos movimentos gerais do mercado de trabalho, como evidenciaram estudos de Dedecca e Ferreira (1989).⁶

⁶ Analisando a dinâmica do mercado de trabalho na Grande São Paulo entre 1985 e 1987, Dedecca e Ferreira (1989, p.17) concluem que, "(...) pelo menos no curto prazo, as variações na taxa de crescimento da População Economicamente Ativa e da taxa de participação encontram-se relacionadas com o desempenho do nível de ocupação". Os autores observaram que "(...) o sentido da variação da taxa de participação e o da taxa de ocupação eram coincidentes, ou seja, em períodos de crescimento da ocupação houve elevação da PEA e, em períodos de queda, a PEA também se reduziu" (DEDECÇA, FERREIRA, 1989, p.6).

Tabela 1

Estimativa da PIA, da PEA, dos inativos maiores de 10 anos e da população total, taxa global de participação, taxa de desemprego total e taxa de ocupação na RMPA - jan.-out./93 e jan.-out./94

INDICADORES	JAN-OUT/93	JAN-OUT/94	Δ ABSO- LUTA	Δ%
PIA (1)	2 527	2 607	80	3,2
PEA (1)	1 450	1 432	-18	-1,2
Ocupados (1)	1 268	1 267	-1	-0,1
Desempregados (1)	182	165	-17	-9,3
Inativos maiores de 10 anos (1)	1 077	1 175	98	9,1
População total (2)	3 127	3 196	69	2,2
Taxas (%)				
De participação (PEA/PIA)	57,4	54,9	-2,5	-4,4
De desemprego total (deso- cupados/PEA)	12,5	11,5	-1,0	-8,0
De ocupação (ocupados/PIA)	50,2	48,6	-1,6	-3,2

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Estimativa em 1.000 pessoas. (2) Estimativa em 1.000 pessoas, elaborada pelo Núcleo de Sistematização de Indicadores da FEE.

A queda na PEA é reflexo também da diminuição do desemprego no período, quando a taxa de desemprego total passou de 12,5% para 11,5% da PEA, permitindo estimar-se um contingente de 165 mil desempregados. Isto porque, como o nível ocupacional apresentou variação negativa, não houve absorção, no contingente de ocupados, dos 17 mil indivíduos que saíram da condição de desempregados.

Esses movimentos gerais do mercado de trabalho, e em especial o trânsito entre inatividade e PEA, podem ser melhor apreendidos pelo exame da distribuição da PIA segundo a condição de atividade. Assim, ao analisar-se a taxa de ocupação medida em relação à PIA, verifica-se que houve queda de 3,2% no indicador, tendo a taxa de ocupação passado de 50,2% no período jan.-out./93 para 48,6% no mesmo período do

ano em análise. A taxa de desemprego, por sua vez, também se reduziu, passando de 7,2% para 6,3% da PIA, na mesma comparação. Tal desempenho indica redução expressiva do espaço ocupacional na Região e explicita melhor o comportamento negativo do mercado de trabalho, expulsando de seu interior não apenas indivíduos desempregados, mas também um volume considerável de trabalhadores que se encontravam na condição de ocupados.

A conjugação desses movimentos — variação negativa na ocupação, queda no desemprego e recuo na PEA — refletiu-se, pois, na diminuição da taxa de participação global, esterilizando parte do impacto da estagnação do nível de emprego sobre a magnitude do desemprego, no sentido de refrear sua ascensão. Caso a taxa de participação permanecesse no mesmo patamar que em 1993, o nível de ocupação estimado neste ano de 1994 implicaria uma taxa de desemprego global da ordem de 15,3%, superior, inclusive, à registrada para o mesmo período de 1993.

Como se observa no Gráfico 1, a taxa de desemprego no período em análise evoluiu, ainda que de maneira oposta à verificada no mesmo espaço temporal de 1993, em dois sentidos. De um lado, a taxa global de desemprego, que havia registrado tendência declinante em todo o período do ano anterior, inverteu o movimento no primeiro semestre de 1994, elevando-se de 10,9% no trimestre jan.-mar. para 12,6% no trimestre seguinte. Apenas a partir do segundo semestre, observou-se recuo nesse indicador. De outro, esse fato decorreu exclusivamente do comportamento do desemprego aberto, dado que a taxa de desemprego oculto apresentou tendência declinante. Em decorrência, a taxa de desemprego aberto atingiu 9,2% no segundo trimestre do ano, constituindo-se na cifra mais elevada de toda a série da PED, iniciada em abril de 1992.

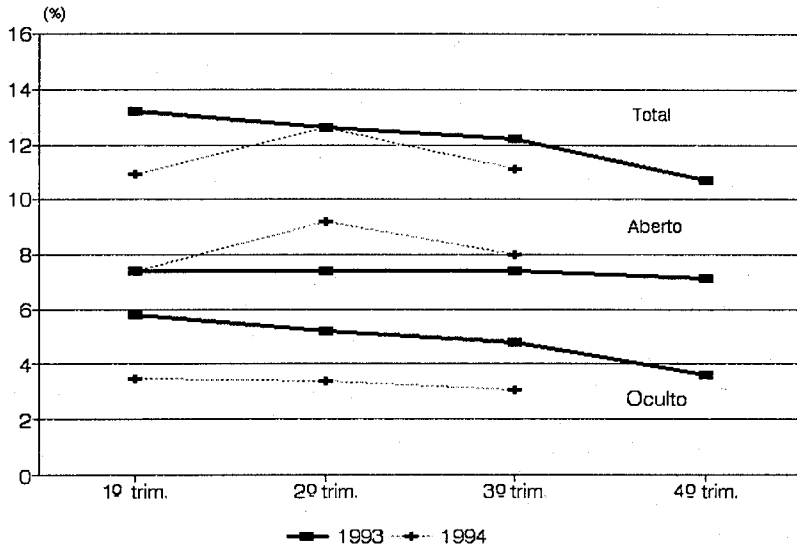
Tal foi essa inversão de tendência que pode-se afirmar que o movimento que melhor sintetiza o comportamento do mercado de trabalho no primeiro semestre de 1994 é o persistente crescimento da taxa de desemprego global, causado exclusivamente pela ampliação do desemprego aberto, uma vez que o desemprego oculto mostrou variação negativa.

No período mais longo — jan.-out./94 —, a queda de 8,0% na taxa global, em média, resultou de movimentos opostos de elevação do desemprego aberto — de 7,4% para 8,1% da PEA frente a idêntico período do ano anterior — e recuo do desemprego oculto, como se observa na Tabela 2. Essa taxa média mais favorável para o ano de 1994 merece algumas qualificações. Por um lado, foi mais baixa que a do período precedente, porque este ano iniciou com uma das menores taxas de desemprego da série da Pesquisa de Emprego e Desemprego, fruto do comportamento declinante do indicador no decorrer do exercício anterior. Por outro, a queda dessa taxa não resultou da contrapartida de uma elevação no nível de ocupação, como se viu, mas, sim, da desistência da procura por trabalho de uma parcela importante de pessoas desempregadas, que acabaram refluindo para a inatividade.

Sob a ótica dos atributos pessoais, os dados expostos na Tabela 3 indicam queda do desemprego para todos os segmentos populacionais, com uma única exceção: os jovens entre 10 e 17 anos acusaram aumento de 11,9% na taxa de desemprego, a qual foi de 36,6% em 1994 face aos 32,7% de 1993. Quedas mais pronunciadas ocorreram entre os indivíduos de 40 anos e mais (-15,6%), os que ocupam a posição de chefe de domicílio (-12,0%) e as pessoas entre 18 e 24 anos de idade (-10,6%). Segundo o sexo, a diminuição relativa foi superior para os homens (8,1%) relativamente às mulheres (7,5%).

GRÁFICO 1

TAXA DE DESEMPREGO, POR TIPO, NA RMPA — 1993/94



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 2

Taxa de desemprego, por tipo, na RMPA — jan.-out/93 e jan.-out./94

TIPOS DE DESEMPREGO	JAN-OUT/93	JAN-OUT/94	Δ%
Total	12,5	11,5	-8,0
Aberto	7,4	8,1	9,5
Oculto	5,1	3,4	-33,3
Pelo trabalho precário	3,8	2,4	-36,8
Pelo desalento	1,3	1,0	-23,1

FONTE: PED-RMPA—Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 3

Taxa de desemprego, por atributo pessoal, na RMPA –
jan.-out./93 e jan.-out./94

DESEMPREGO POR ATRIBUTOS PESSOAIS	JAN-OUT/93	JAN-OUT/94	Δ%
Total	12,5	11,5	-8,0
Sexo			
Homens	11,1	10,2	-8,1
Mulheres	14,6	13,5	-7,5
Idade			
10 a 17 anos	32,7	36,6	11,9
18 a 24 anos	19,8	17,7	-10,6
25 a 39 anos	10,0	9,2	-8,0
40 anos e mais ...	6,4	5,4	-15,6
Posição no domicílio			
Chefe	7,5	6,6	-12,0
Demais membros ...	17,1	16,0	-6,4

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

A evolução das taxas de participação dos vários segmentos populacionais, embora com variação negativa em todos os casos, revela quedas menos acentuadas para os grupos que têm maior participação no mercado de trabalho, quais sejam: os indivíduos entre 25 e 39 anos de idade, aqueles do sexo masculino e os que são chefes de domicílio. O maior recuo na taxa de desemprego para esses dois últimos segmentos, conjugado a quedas relativamente menores nas taxas de participação respectivas, indica, pois, sua maior absorção no contingente de ocupados.

De outro lado, quedas maiores nas taxas de participação dos demais grupos, que integram a força de trabalho secundária, permitem concluir que o recuo nas respectivas taxas de desemprego global (exceção feita aos indivíduos entre 10 e 17 anos de idade) resultou mais de sua saída do mercado de trabalho em direção à inatividade do que de uma incorporação no segmento de ocupados.

No caso da taxa de desemprego aberto, observa-se que os segmentos onde mais cresceu o desemprego foram justamente aqueles da chamada força de trabalho primária, exceção feita ao caso dos mais jovens, que tiveram aumento importante, de 23,8%. Os maiores incrementos ocorreram para chefes de domicílio (15,2%), pessoas do sexo masculino (14,8%) e aqueles com idade entre 25 e 39 anos (11,5%).

Conclui-se, pois, que as pessoas que compõem esses grupos, em geral a mão-de-obra com mais elevada participação no mercado de trabalho e com maior responsabilidade na composição do orçamento familiar, se vêem na contingência de se manterem nesse mercado, mesmo que por longo tempo na condição de desempregado.

Tal situação é corroborada ao examinar-se o tempo médio despendido pelos indivíduos na procura por trabalho, visualizado na Tabela 4. Esse indicador aumentou para ambos os tipos de desemprego. Para as pessoas em situação de desemprego aberto esse tempo foi acrescido em uma semana, passando de 22 para 23 semanas. Bem maior foi o aumento para os indivíduos que se encontram em desemprego oculto, onde o mesmo se ampliou de 29 semanas em 1993 para 34 semanas em 1994. Na medida em que essa taxa sofreu forte redução no período em análise, pode-se supor que os indivíduos que permaneceram na condição de desemprego oculto — a grande maioria deles (70,6%) no desemprego oculto pelo trabalho precário — são os que já se encontravam por tempo mais prolongado nessa situação, comparativamente aos que deixaram de integrar o grupo.

Tabela 4

Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho,
segundo o tipo de desemprego, na RMPA — jan.-set./93
e jan.-set./9

(semanas)

TIPOS DE DESEMPREGO	JAN-SET/93	JAN-SET/94	Δ ABSOLUTA
Desemprego total ...	25	26	1
Desemprego aberto ..	22	23	1
Desemprego oculto ..	29	34	5

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

As dificuldades que marcaram o ano de 1994, vinculadas à implantação do Plano Real, tiveram, portanto, impacto negativo sobre o mercado de trabalho regional, a exemplo do que ocorreu a nível nacional. A variação negativa da ocupação, mormente no primeiro semestre, quando teve queda de 0,2% face ao mesmo período do ano anterior, foi o fator determinante na elevação do desemprego aberto nesse período.

Esse desempenho desfavorável do mercado de trabalho só não se traduziu em taxas de desemprego ainda maiores pelas características que marcaram a conjuntura do período — compasso de espera, que marcou a atitude dos vários agentes econômicos em meio à implantação de um plano de estabilização, e crescimento de alguns

gêneros da indústria e do setor comércio —, como também pelos movimentos verificados no mercado de trabalho. Referência especial, nesse contexto, deve ser feita ao movimento de refluxo para a inatividade de parcela importante de trabalhadores, que, provavelmente, dadas as dificuldades existentes, desistiram de procurar emprego.

Nessas circunstâncias, o contingente de inativos (1.175 mil pessoas) deu um salto de 9,1%, somando 98 mil indivíduos à média de jan.-out., um acréscimo formado, agora, pelos que se retiraram e/ou não ingressaram no mercado de trabalho, os quais se somaram ao crescimento vegetativo da população.

A dinâmica de curto prazo do mercado de trabalho foi bastante explorada em um estudo de Dedecca e Ferreira (1989) enfocando precisamente a questão das inter-relações entre condição de atividade (ocupação e desemprego) e inatividade em conjunturas recessivas e/ou de recuperação do nível de atividade econômica.⁷ Na situação em análise, parece ter-se configurado um dos movimentos ressaltados no estudo. Isto é, a retirada ou o adiamento do ingresso no mercado de trabalho de parcela de indivíduos que, de outro modo, engrossariam as fileiras dos desempregados, face à retração do nível de atividade em uma conjuntura econômica adversa, teve como corolário o refreamento da elevação da taxa de desemprego total pela queda da taxa de participação.

3 - Ocupação

O nível ocupacional na RMPA, em 1994, considerado o período jan.-out., permaneceu praticamente no mesmo patamar verificado em idêntico período do ano anterior. A variação negativa foi de apenas 0,1%, estimando-se o contingente de ocupados em 1.267 mil no ano em curso.

O comportamento da indústria de transformação foi o principal determinante na variação negativa do nível geral de ocupação, com redução de 8 mil postos de trabalho, seguido pelo do comércio. A queda verificada nesses setores foi de 2,6% e 1,9%, respectivamente, frente a período idêntico de 1993. Movimento oposto apresentaram a construção civil e os serviços, dois dos principais setores de atividade, e os serviços domésticos, com evolução de 1,4%, 0,7% e 9,1% respectivamente, de acordo com os dados da Tabela 5. Dentre eles, destacou-se o expressivo aumento neste último, que, isoladamente, gerou mais 7 mil empregos no período. O desempenho conjunto desses três setores de atividade contrabalançou a eliminação de postos havida nos outros dois setores referidos, determinando, assim, a relativa estabilidade do nível geral de ocupação.

⁷ Segundo os autores, em mercados de trabalho com as características do brasileiro, "(...) o ajuste do mercado de trabalho, diante das flutuações da economia, não ocorre simplesmente através de mudanças de posição na ocupação e do trânsito entre ocupação e desemprego, mas, também, pela entrada e saída de pessoas da PEA, isto é, pelo trânsito entre atividade e inatividade" (DEDECCA, FERREIRA, 1989, p.5). Uma análise posterior de Dedecca (1990, p.50) sobre esses movimentos tem como uma das hipóteses norteadoras que, "(...) na expansão, observa-se uma aceleração no crescimento da PEA, correspondendo a um aumento da disponibilidade de mão-de-obra, que tem como um de seus efeitos a atenuação da queda da taxa de desemprego. Inversamente, na crise reduz-se o ritmo de crescimento da PEA — e, portanto, da própria disponibilidade de mão-de-obra —, esterilizando-se parte dos impactos do estancamento ou queda do nível de emprego sobre a taxa de desemprego".

Tabela 5

Estimativa da população ocupada, por setor de atividade econômica,
na RMPA - jan.-out./93 e jan.-out/94

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	JAN-OUT/93	JAN-OUT/94	Δ ABSOLUTA	Δ%
Total	1 268	1 267	-1	-0,1
Indústria de trans- formação	308	300	-8	-2,6
Comércio	206	202	-4	-1,9
Serviços	596	600	4	0,7
Construção civil ..	74	75	1	1,4
Serviços domésticos	77	84	7	9,1

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

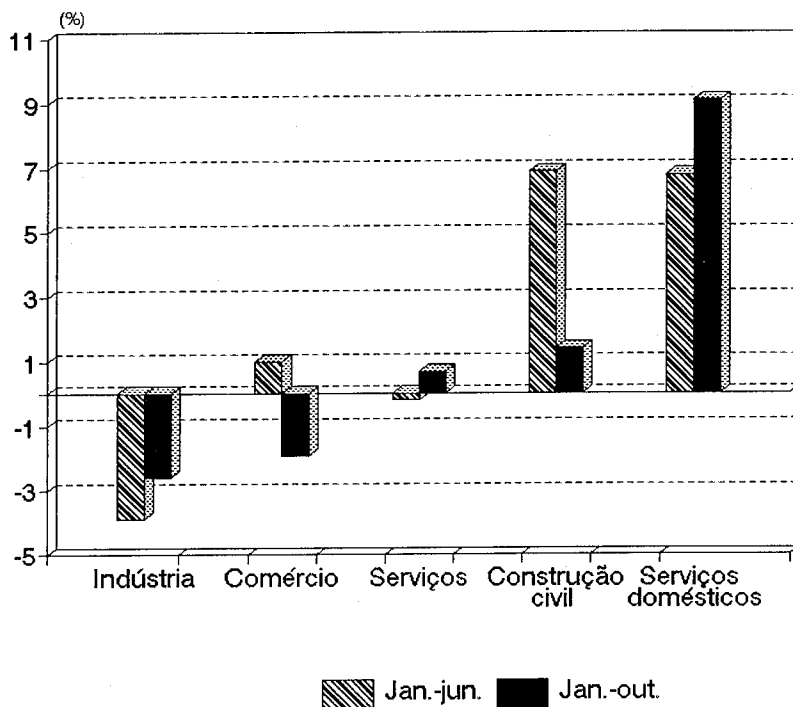
NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

Ao examinar-se o comportamento da ocupação no decorrer do ano de 1994, até outubro, verifica-se que o desempenho do mercado de trabalho foi afetado por conjunturas bastante diferenciadas, resultando em situações distintas e às vezes opostas, especialmente ao comparar-se a evolução do primeiro semestre com a do período mais longo.

No primeiro semestre do ano em análise, quando o nível ocupacional teve variação negativa de 0,2%, movimentos opostos foram verificados no comércio e nos serviços. O primeiro teve aumento de 1,0% comparativamente ao primeiro semestre de 1993, enquanto nos serviços se observou variação negativa de 0,2%. A mudança de comportamento no período mais longo indica que houve queda do emprego no comércio entre julho e outubro, resultando na variação negativa de 1,9% no ano de 1994. Inversamente, a recuperação do emprego nos serviços foi suficiente para alterar o desempenho negativo do setor no primeiro semestre, terminando o período de 1994 com um volume de ocupados 0,7% maior que o do ano precedente, conforme se observa no Gráfico 2.

A indústria de transformação, do mesmo modo que os serviços, mostrou recuperação a partir do segundo semestre do ano, não obstante ter ainda variação negativa de 2,6% na média de 1994, até outubro. No caso desse setor, a contração do nível ocupacional foi intensa no primeiro semestre, e a queda de 3,9% significou a eliminação de 12 mil postos de trabalho. A indústria de transformação, isoladamente, foi responsável por 80% do total de postos eliminados no período pelos setores com desempenho negativo.

GRÁFICO 2

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE OCUPADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE,
NA RMPA — JAN-OUT/94

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Já a construção civil teve desempenho melhor no primeiro semestre, ficando 6,9% acima do nível médio do mesmo semestre de 1993. O nível de atividade mais modesto nos meses seguintes reduziu o incremento médio do ano de 1994 para apenas 1,4% superior a idêntico período de 1993. De qualquer modo, o resultado final positivo refletiu o incremento do setor imobiliário no Estado, o qual, de acordo com estimativas do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON), deverá encerrar o presente exercício com um nível de atividade cerca de 15% acima do registrado em 1993.

Os serviços domésticos, por seu turno, foi a atividade que apresentou aumento em qualquer dos períodos de comparação e de forma crescente. Tanto é que, no primeiro semestre, estava com um nível 6,8% superior ao de igual período de 1993, uma diferença que se amplia para 9,1% na comparação até outubro. Nada menos do que 7 mil novos postos de trabalho foram acrescentados nessa atividade, no ano de 1994. Esse desempenho elevou a participação dos serviços domésticos na ocupação total da Região, a qual passou de 6,1% para 6,6% no período jan.-out. de 1993 e de 1994 respectivamente. Tal fato deve estar relacionado com o crescimento da demanda por trabalho doméstico provocado pela manutenção do valor do salário mínimo — padrão de remuneração dessa atividade — em URV e, posteriormente, em real, no período mar.-ago., e pelo seu reajuste, a partir de setembro, abaixo da inflação captada em real.

O quadro apresentado pela indústria de transformação, devido à importância do setor na absorção de mão-de-obra (em torno de 24% do total de ocupados), bem como à evolução distinta quando se examinam os gêneros que a integram, conforme expresso na Tabela 6, merece uma análise mais detalhada. Ademais, além dos efeitos negativos impostos pela conjuntura nacional — incertezas e dificuldades decorrentes da implementação das fases do plano de estabilização, acompanhadas, ainda, da contração da demanda interna por bens de consumo não duráveis —, a indústria de transformação no espaço regional, teve interferências específicas. Deve-se destacar a questão da indústria de calçados, tendo em vista que esse gênero industrial emprega aproximadamente 30% da mão-de-obra no setor industrial. Em 1994, o mesmo passou a sofrer forte concorrência, no setor exportador, de produtos similares de outros países — principalmente a China, mas também alguns países europeus —, em especial no mercado norte-americano, principal comprador do produto brasileiro. Até julho, as exportações nacionais haviam caído 14% em relação ao mesmo período de 1993, segundo a ABI-CALÇADOS. Como cerca de 70% da exportação de calçados brasileiros tem como destino os Estados Unidos, o setor nacional, e especialmente o regional, ressentiu-se bastante, tendo sua produção diminuída, com as conseqüentes demissão de empregados e redução de postos de trabalho.

A conseqüência para o mercado regional foi a eliminação de 12 mil postos de trabalho nesse gênero, com queda de 13,3% na média de janeiro a outubro, sendo que 10 mil o foram apenas no primeiro semestre. Destaque-se, ainda, que o comportamento do nível ocupacional nesse ramo foi oposto ao registrado no ano precedente. De fato, em 1993, estudo realizado por Horn e Rossini (1994) concluiu que o crescimento do nível do emprego industrial na Região resultou, em boa parte, do peso das indústrias mais intensivas em mão-de-obra, conjugado aos menores aumentos de produtividade registrados nos mesmos, em confronto com outros ramos, tal como o de metal-mecânica. Nesse ano, o ramo de calçados contribuiu com 60% dos postos de trabalho gerados, dado que, nas circunstâncias vigentes à época, o crescimento da produção exigiu a contratação de um número maior de trabalhadores.

Centrando a análise no primeiro semestre, observa-se, ainda, que outras indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis e mais intensivas em trabalho — têxtil, vestuário e artefatos de tecido, alimentação, mobiliário e produtos de madeira — também apresentaram variação negativa no nível de ocupação, consoante à queda no nível de atividade. A elevação constante e acelerada dos preços dos bens-salário (mesmo com a indexação dos salários à URV, no período

de sua vigência) inibiu a demanda por esses bens.⁸ No caso da alimentação, por exemplo, o custo da cesta básica para a RMPA, calculado por Horn (1994a), apresentou variação de 20,05% em URV, entre março e junho de 1994, enquanto os salários permaneceram constantes, em URV.

No primeiro semestre deste ano, o número de ocupados nos gêneros em foco, que empregavam 16,9% do total da mão-de-obra regional, era 5 mil inferior ao do primeiro semestre do ano anterior. Já no período até outubro, embora permaneça a variação negativa, a perda de postos reduziu-se bastante, ficando em apenas 1 mil a menos que no ano precedente.

Comportamento oposto ao ocorrido no setor de calçados foi observado no gênero metal-mecânico, que teve crescimento em qualquer período, em comparação com o ano anterior. Até outubro, o aumento registrado foi de 7,7%, com o acréscimo de 6 mil novos empregos. O bom desempenho da indústria automobilística a nível nacional, bem como o da indústria de máquinas e implementos agrícolas certamente foram fatores determinantes para esse resultado. No primeiro caso, pela integração no sentido da complementaridade exercida pela indústria regional e, no segundo, pelo peso da agroindústria no Estado.

Sob a ótica da posição ocupacional, a relativa estabilidade do nível geral de ocupação, comparando-se o ano de 1994 com o de 1993, no período jan.-out., resultou da combinação do incremento do emprego assalariado no setor privado (2,0%) e do emprego doméstico (9,1%) e da retração do assalariamento no setor público (-1,5%) e entre os autônomos (-6,2%), como se observa na Tabela 7.

Consideradas as categorias mais importantes, a forma de inserção que apresentou melhor desempenho foi o assalariamento do setor privado da economia, cujo contingente passou a representar 53,5% do total da mão-de-obra ocupada, face a uma participação menor, de 52,4%, no período jan.-out./93. Comparativamente a 1993, a expansão do assalariamento foi mais intensa no primeiro semestre do ano em análise (4,1%), frente a uma ampliação mais modesta no período de janeiro a outubro (2,0%). Além disso, evidenciou-se uma maior formalização das relações de trabalho, tendo em vista que, do total de 27 mil novos empregos assalariados criados, 20 mil o foram com carteira de trabalho assinada.

A partir do segundo semestre, há pelo menos duas alterações importantes a comentar. Primeiro, o diferencial em favor do assalariamento no setor privado reduziu-se, indicando queda desse indicador no período. Em segundo lugar, a expansão passou a ser comandada pelo aumento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que passaram a representar, no período mais longo, 9 mil do total de 13 mil postos assalariados gerados.

⁸ Sobre a elevação dos preços dos bens de consumo, em URV, na fase dois do Plano Real, ver estudo de Horn (1994). O autor constata que, em média, foi de 14,20% a alta, em URV, ocorrida nos preços entre março e junho de 1994 para grupos de consumo do IPC-IEPE, da UFRGS, sendo mais expressiva nos de vestuário, saúde e higiene pessoal e alimentação. Ainda a respeito do comportamento desses gêneros no Estado, uma análise de Castilhos (1994, p.37) revelou que, até maio, "(...) somente produtos alimentares obteve resultado positivo (8,31%). Já vestuário (-12,06%), calçados (-15,97%) e bebidas (-40,92%) apresentaram resultados desfavoráveis".

Tabela 6

Distribuição dos ocupados na indústria de transformação, por ramo de atividade, na RMPA - 1993/94

RAMOS DE ATIVIDADE	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL			
	Jan.-Jun.		Jan.-Out.	
	1993	1994	1993	1994
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Metal-mecânico (1) ..	25,0	26,6	24,3	26,9
Têxtil (2)	7,4	6,6	7,0	6,6
Alimentação	6,3	6,1	6,4	6,4
Mobiliário	3,9	3,9	3,6	3,9
Calçados	29,8	27,9	29,9	26,6
Química (3)	10,3	10,5	10,3	10,8
Gráficas	4,6	4,0	5,3	4,3
Outras indústrias (4)	12,7	14,4	13,2	14,5

RAMOS DE ATIVIDADE	Δ%	
	Jan.-Jun./94	Jan.-Out./94
	Jan.-Jun./93	Jan.-Out./93
Total	-3,9	-2,6
Metal-mecânico (1) ..	2,6	7,7
Têxtil (2)	-14,5	-7,4
Alimentação	-6,7	-1,5
Mobiliário	-5,0	6,3
Calçados	-9,9	-13,3
Química (3)	-1,9	1,9
Gráficas	-16,2	-20,4
Outras indústrias (4)	9,2	5,9

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico e material de transporte. (2) Inclui têxtil, vestuário e artefatos de tecido. (3) Inclui química e plásticos e farmacêutica. (4) Inclui artefatos de borracha, papel, papelão e cortiça, vidros, cristais, espelhos e cerâmicas, materiais de construção, artesanato e outras indústrias de transformação.

Tabela 7

Estimativa do número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação,
na RMPA — jan.-out./93 e jan.-out/94

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	JAN-OUT/93 (1 000 pessoas)	JAN-OUT/94 (1 000 pessoas)	Δ	
			ABSO- LUTA	$\Delta\%$
Total	1 268	1 267	-1	-0,1
Assalariados (1)	859	869	10	1,2
Setor privado	665	678	13	2,0
Com carteira	577	581	4	0,7
Sem carteira	88	97	9	10,2
Setor público (2) .	194	191	-3	-1,5
Autônomos	211	198	-13	-6,2
Para o público	144	147	3	2,1
Para a empresa	67	51	-16	-23,9
Empregados domésticos	77	84	7	9,1
Outros (3)	121	116	-5	-4,1

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Exclui empregados domésticos. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários, autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Ainda no período jan.-out./94, o incremento do emprego doméstico foi bastante expressivo, com a geração de 6 mil novos empregos. Conforme comentado anteriormente, o aumento do emprego nessa atividade teve forte influência da manutenção do salário mínimo em baixos patamares durante o período e da relativa estabilização dos preços a partir de julho.

Entre os segmentos com redução no nível ocupacional, a mais intensa ocorreu para o contingente de trabalhadores autônomos, cuja importância na Região pode ser inferida do fato de representarem, na média do período jan.-out./94, 15,6% da força de trabalho. Houve redução de 13 mil postos de trabalho nesse segmento, com queda de 6,2%. Esse resultado deveu-se à diminuição do contingente de autônomos que trabalham para empresa, uma vez que se registrou pequena variação positiva no caso dos autônomos que trabalham para o público em geral.

Para os autônomos, ao contrário do que ocorreu com os assalariados do setor privado, percebeu-se ampliação da ocupação a partir do segundo semestre, tendo em vista que a variação negativa no primeiro (-9,9%) havia sido de magnitude bem maior relativamente a idêntico período de 1993.

O comportamento setorial da mão-de-obra e as alterações na estrutura ocupacional permitem tecer algumas considerações sobre o desempenho do mercado de trabalho metropolitano neste ano de 1994.

A tímida expansão do assalariamento no setor privado, conjugada à baixa qualidade da recuperação experimentada no final do período em análise — crescimento mais expressivo do assalariamento sem carteira de trabalho assinada, certa recuperação do trabalho autônomo e elevação continuada do emprego doméstico —, sinaliza uma fragilização das formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regional comparativamente à situação em vigor no ano passado. Isto porque, analisando-se a evolução do emprego no decorrer de 1993, se constata que o crescimento desse indicador se deveu exclusivamente à ampliação do emprego assalariado no setor privado da economia, cujo contingente se expandiu em 9,4%, confrontado ao ano anterior, no período abr.-dez. (Informe PED, 1993). No presente ano, contrariamente, ao se detectarem sinais de recuperação na economia, cresceram relativamente mais aquelas formas de inserção que implicam maior precariedade nas relações de trabalho, quer pela falta de legalização do vínculo empregatício, quer pela alta rotatividade e níveis mais baixos de rendimento médio que tipificam o trabalho autônomo.⁹

Tal situação se torna ainda mais crítica pelo comportamento negativo da indústria de transformação, tomada agregadamente, e do comércio, acrescido do fraco desempenho do setor serviços.

Conclui-se, pois, que os três grandes setores de atividade econômica não tiveram desempenho favorável em 1994, até outubro, ficando o comportamento mais positivo restrito ao setor da construção civil, pouco representativo no conjunto da ocupação regional, empregando cerca de 6% do total da força de trabalho, e ao surpreendente incremento dos serviços domésticos, que, isoladamente, foram responsáveis por cerca de 60% dos novos postos de trabalho gerados pelos setores com saldo positivo no período.

4 - Conclusão

A análise dos principais indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 1994, para o período de janeiro a outubro em relação ao mesmo período de 1993, não evidencia impactos positivos sobre o mercado regional, não obstante as previsões de que o PIB estadual feche o ano com variação em torno de 2%.

⁹ Um estudo de Galeazzi (1994) com base em dados da PED-RMPA, revela que mais da metade dos trabalhadores por conta própria — autônomos na maior parte — exerce sua atividade a menos de três anos, sendo superior a um terço (34,4%) aqueles com tempo de exercício inferior a um ano. A respeito dos rendimentos, o mesmo estudo constatou que o rendimento médio real desses trabalhadores era 17% menor que aquele verificado para os assalariados.

O nível geral de ocupação ficou estagnado, e os principais setores de atividade acusaram variação negativa no nível ocupacional, exceção feita ao setor serviços, que, com crescimento de 0,7%, acrescentou pouco mais da metade do número de postos de trabalho criados pelos serviços domésticos.

O quadro mais desfavorável foi desenhado no primeiro semestre, quando a ocupação recuou 0,2% frente ao primeiro semestre de 1993 e o emprego na indústria de transformação, por exemplo, caiu 3,9%. A partir do segundo semestre, perceberam-se sinais de recuperação desse quadro. A indústria do Estado passou a apresentar taxas positivas a partir de agosto — o Índice de Desempenho Industrial, da FIERGS, variou 5,7%, 9,7% e 11,1% em agosto, setembro e outubro, respectivamente, em comparação aos mesmos meses do ano anterior —, e as vendas reagiram fortemente a partir de julho (no confronto com o mesmo mês do ano anterior, o comércio lojista de Porto Alegre, por exemplo, passou a ter índices positivos, após cinco meses em queda, chegando a ultrapassar a casa dos 20% entre agosto e outubro).

A conjuntura mais favorável do início do segundo semestre causou impacto positivo sobre todos os indicadores do mercado de trabalho metropolitano — houve incremento no nível geral de ocupação, queda na taxa de desemprego e crescimento da taxa de participação, com a ampliação do contingente da PEA. Nesse contexto de recuperação da atividade econômica, a PEA passou a crescer impulsionada pela geração de novos postos de trabalho, tendo em vista a queda do desemprego.

Em termos do mercado de trabalho analisado agregadamente, essa melhora teve o efeito de reverter o quadro desfavorável que vinha-se desenhando no decorrer do primeiro semestre do ano e de aproximar os principais indicadores à *performance* de 1993, um ano de importante reativação da economia nacional, embora com recuperação tênue do nível geral de ocupação.¹⁰ Ainda assim, não foram alcançados, na maioria dos casos, os patamares atingidos naquele exercício.

A ocupação encerrou o período jan.-out. com pequena variação negativa de 0,1%, o nível ocupacional na indústria de transformação e no comércio ficou aquém do verificado no ano anterior, e as atividades que acusaram comportamento mais favorável têm pouca representatividade e/ou reduzido impacto sobre as condições do mercado de trabalho e sobre o crescimento da economia de um modo geral: a construção civil, responsável por 5,9% do total de ocupados na média de jan.-out./94, cresceu 1,4% sobre igual período de 1993, e os serviços domésticos, ocupando 6,6% da mão-de-obra total, subiu 9,1% na mesma comparação.

A taxa de desemprego total, de 11,5%, continuou em patamar elevado, e o decréscimo registrado nesse indicador não pode, a rigor, ser considerado como fator positivo para as condições do mercado de trabalho regional, tomado agregadamente, porque não resultou de uma maior incorporação de indivíduos no contingente de ocupados. Na verdade, tal fato expressou muito mais um encolhimento do tamanho do mercado de trabalho, movimento que pôde ser visualizado através da estagnação do nível ocupacional paralelamente à queda do contingente da PEA, o que se refletiu no recuo da taxa de participação.

¹⁰ Conforme assinalado em divulgações da PED-RMPA relativas ao ano de 1993, houve incremento de 2,7% no nível geral de ocupação na RMPA face a um crescimento de 7,3% no PIB estadual (Inf. PED, 1993).

Essa *performance* conjunta dos principais indicadores do mercado de trabalho é expressão das dificuldades na ampliação de postos de trabalho no âmbito regional, fruto da conjuntura específica que marcou o ano de 1994. Não se pode descartar, todavia, a interferência de outros fatores, de caráter mais estrutural, que vêm ocorrendo há mais tempo na sociedade brasileira. Faz-se referência aqui à profunda reestruturação industrial que se vem processando, com aumentos importantes de produtividade em decorrência de mudanças em várias esferas das empresas, acarretando incrementos nos níveis de produção bem acima daqueles registrados para o nível de emprego, quando este não se revela negativo.¹¹ Dentre as mudanças mais importantes, citam-se a racionalização administrativa; a adoção de novas tecnologias, via de regra poupadoras de mão-de-obra, seja pela alteração na organização do processo de trabalho, seja pela utilização de máquinas e equipamentos mais intensivos em capital (em geral há uma combinação dessas estratégias); e, finalmente, mas não menos importante, a terceirização.

Enfim, a despeito dos resultados quanto à evolução do nível de atividade econômica, bem mais intenso em 1993, mas ainda com sinal positivo em 1994, o comportamento do mercado de trabalho sinaliza não terem ainda sido criadas condições efetivas para uma retomada do crescimento que implique reconduzir ao emprego o enorme contingente de desempregados, tanto quanto absorver produtivamente parte da parcela de inativos em condições de assumir um posto de trabalho.

Permanecem e recolocam-se, assim, com maior ênfase, os mesmos questionamentos que eram feitos ao se analisar a evolução do mercado de trabalho após um ano de vigoroso crescimento econômico, como foi o de 1993. Qual a taxa de crescimento do PIB necessária para reverter esse quadro desfavorável no mercado de trabalho? Em um contexto onde se caminha celeremente para a adoção de processos mais intensivos em tecnologia, que se impõe face à globalização da economia, à acelerada competitividade entre capitais e à maior abertura da economia nacional, como harmonizar essa realidade com a necessidade de criar empregos e melhorar a distribuição de renda, diminuindo as desigualdades sociais e melhorando o padrão de vida da população?

Desafios como esses vêm sendo colocados e se renovam a cada análise. E sua superação constitui-se na esperança cotidianamente renovada em nossa sociedade, que adquire cores mais fortes sempre que se acena com novas oportunidades a partir de uma nova gestão de governo, como a que se apresenta para o ano de 1995. Caberá à sociedade e aos governantes o compromisso de torná-la realidade.

¹¹ No Brasil, esse processo se instalou com maior vigor nesta década de 90, embora já se tenha esboçado nos anos 80. Em 1993, por exemplo, após três anos de recessão, o PIB nacional cresceu 4,1%; o estadual, 7,3%; e a produtividade da indústria atingiu níveis elevados, com incrementos superiores a 10%, segundo o IBGE. O emprego, por sua vez, teve desempenho bem aquém do nível de produção. Conforme Horn e Rossini (1994), na RMPA foi de 5,1% o incremento do emprego industrial, face a um crescimento de 11,2% do PIB setorial do Estado. Já na Grande São Paulo, informações da PED indicaram variação negativa do nível de ocupação no setor (-0,9%), segundo os mesmos autores.

Bibliografia

- ARANDIA, Alejandro Kuajara (1994). Entre perdas e poucos danos de trabalho espera sua vez. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2, ago.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara (1994a). Avaliação do emprego e dos salários no contexto de lançamento do programa de estabilização econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.65-76, maio.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara (1994b). A situação do mercado de trabalho da RMPA na passagem da alta para a baixa inflação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.3.
- CASTILHOS, Clarisse Chiappini (1994). Indústria: em compasso de espera. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2.
- DE TONI, Míriam et al. (1993). O mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.601-631.
- DEDECCA, Cláudio S. (1990). **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano**: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo. São Paulo: UNICAMP/IE. (Tese de doutorado em economia).
- DEDECCA, Cláudio S., FERREIRA, S. N. (1989). Dinâmica do mercado de trabalho na grande São Paulo: inter-relações entre as variações do nível de ocupação e da população economicamente ativa (1985-87). In: MERCADO de trabalho na grande São Paulo. São Paulo: SEADE.
- ECONOMIC OUTLOOK (1986). Paris: OECD, n.40, dec.
- ECONOMIC OUTLOOK (1990). Paris: OECD, n.47/48, jun.-dec.
- ECONOMIC OUTLOOK (1993). Paris: OECA, n.53, jun.
- FLIGENSPAN, Flávio B. (1994). Os percalços da indústria diante do plano real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.3.
- FOLHA DE SÃO PAULO (7.6.94). PIB tem crescimento de 3,76% no primeiro semestre deste ano. São Paulo. p.21.
- GALEAZZI, Irene Maria Sassi (1994). O trabalhador por conta própria na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2.
- HORN, Carlos H. (1994). Recuperação econômica e mercado de trabalho em 1993: o que aconteceu com a população economicamente ativa na Região Porto Alegre? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.203-219.
- HORN, Carlos H. (1994a). Os preços na fase dois do plano Real: foi a URV um indexador contemporâneo? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2.
- HORN, Carlos H., ROSSINI, Rosane E. (1994). O mercado de trabalho em 1993: uma comparação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre eo Distrito Federal. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2.
- INFORME PED (1993/94). Porto Alegre: FEE/FGTAS-SINE-RS/SEADE/DIEESE, jan./dez.

LIMA, Rubens Soares de, CAMPOS, Silvia H. (1994). Indústria: recuperação e incertezas face ao programa de estabilização econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.37-51.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO (1994). São Paulo: SEADE/DIEESE, n.119, set.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO (1994). São Paulo: SEADE/DIEESE, n.110, jan. (Suplemento: O mercado de trabalho da grande São Paulo em 1993).